

A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL: INSTRUMENTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS PARA PROJETOS GASÍFEROS SUB- REGIONAIS

Amalia del Carmen Casas de las Peñas del Corral

Bolsista PRH-33 ANP, email: amaliac@hotmail.com. Centro de Ciências Sociais, Faculdade de Direito,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

R E S U M O

MOTIVAÇÃO: O principal potencial de integração energética no Cone Sul encontra-se na área do gás natural. Existe um grande potencial para a exploração das sinergias econômicas com a interconexão dos mercados de gás natural. Tendo em vista esse cenário, o estudo propõe-se a investigar a oportunidade e as possibilidades econômico-político-sociais de os países sul-americanos fazerem uso do gás natural como combustível-ponte entre um modelo petróleo-dependente e o modelo da matriz energética do futuro que privilegiará as energias renováveis. Constata-se uma situação paradoxal: por um lado, existem condições de oferta e demanda claramente favoráveis à integração entre produtores e consumidores. Por outro lado, existe uma dificuldade de coordenação entre os países, um clima de desconfiança em relação ao capital estrangeiro. Um déficit jurídico e institucional da indústria de petróleo e gás nos países de América do Sul que abalam o relacionamento entre os países e geram desconfiança nos investidores.

OBJETIVO: Em função dos benefícios que apresentaria contar com um mercado de gás natural integrado em América do Sul – avaliados em 5 bilhões de dólares anuais por OLADE – a tese tem como objetivo propor os instrumentos jurídicos e institucionais que viabilizem uma integração energética regional no setor gasífero na América do Sul.

APLICAÇÃO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: A proposta de um arcabouço jurídico poderá cobrir um déficit de segurança jurídica na região que segundo os investidores de setor energia é o principal “deal-breaker” dos grandes investimentos em infraestrutura que são altos e de longa maturação.

RESULTADOS OBTIDOS: A pesquisa mostra, através do estudo do caso boliviano, a importância da segurança jurídica para que os investimentos no setor energético se produzam. Mostra os benefícios de assinar um Tratado Energético no âmbito de América do Sul, que brinde segurança jurídica aos investidores y promova uma integração energética regional com novas bases.

Por outro lado, a tese analisa a necessidade do envolvimento de todos os atores do processo de integração com ênfase especial na sociedade civil, para conseguir que os projetos contem com uma aceitação social que lhes proporcione estabilidade e sustentabilidade. Nesse sentido, são avaliados os novos paradigmas da integração energética regional que tem como principais premissas:

- Integração não é somente construir obras de infraestrutura.
- É preciso multilateralidade e não só acordos bilaterais.
- Segurança jurídica para os acordos e contratos de longa duração: regras estáveis
- Participação de todos os atores da integração energética regional (Organismos internacionais, Estados, NOCs, empresas investidoras e sociedade civil).

A tese propõe a assinatura de uma carta de energia similar ao Energy Charter Treaty, depois de um processo de consulta popular previa e informada similar a prevista nos alcances do Convenio OIT 169. O arcabouço jurídico estável uniforme e confiável não é requisito suficiente, mas sim necessário para conseguir uma integração energética regional. Sem as regras claras e estáveis nem os entes privados nem os próprios estados conseguiram incentivar uma integração energética que servirá como motor da integração econômica regional e com certeza trará benefícios e maior desenvolvimento econômico e social dos países de América Latina.